

RELATÓRIO REVISÃO DO PAP 2016-2018

APÊNDICE II

CONTRATO DE GESTÃO Nº 014/ANA/2010

2016





Xingó

SUMÁRIO

Introdução.....	4
A Revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP)	9
Componentes e subcomponentes priorizados na revisão do PAP para o período 2016-2018.....	14
Estimativa da Disponibilidade de Recursos Financeiros.....	19
Critérios para Hierarquização das Demandas de Ações e Projetos.....	21
Acompanhamento do Desempenho do PAP	32

● Introdução

A bacia hidrográfica do rio São Francisco tem grande importância para o país não apenas pelo volume de água transportado em uma região semiárida, mas, também, pelo potencial hídrico passível de aproveitamento nas diversas atividades produtivas e pela sua contribuição na manutenção das diversas espécies que habitam os diferentes ecossistemas.

Abrange 639.219 km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2.850 m³/s (2% do total do país). O rio São Francisco tem, aproximadamente, 2.700 km de extensão e nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para leste, chegando ao Oceano Atlântico na divisa entre Alagoas e Sergipe. A Bacia possui áreas em sete unidades da federação - Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%) - e 505 municípios (cerca de 9% do total de municípios do país) - (CBHSF, 2016).

A grande dimensão territorial da bacia do rio São Francisco, estimada em 639.217 km², motivou a sua divisão por regiões, para fins de planejamento e para facilitar a localização das suas muitas e diversas populações e ambiências naturais. A divisão se fez de acordo com o sentido do curso do rio e com a variação de altitudes (Figura 1).

Assim, a sua parte inicial, tomando como referência a área montanhosa onde o rio nasce, na Serra da Canastra, a quase 1.300 m de altitude, ganhou a denominação de Alto São Francisco. Estendendo-se até a divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Escoando no sentido sul-norte, no trecho seguinte, o rio atravessa todo o oeste da Bahia, até o ponto onde se formou o lago de Sobradinho, no município de Remanso. Nessa região, esta parte da bacia é denominada Médio São Francisco.

Depois do município baiano de Remanso, o rio inflexiona o seu curso para o leste, constituindo-se na divisa natural entre os estados da Bahia e de Pernambuco, até

alcançar o limite com Alagoas. É a região do Sub Médio São Francisco, única região fisiográfica completamente inserida no Semiárido.

Daí o rio segue na direção leste, formando a segunda divisa natural, dessa vez entre os estados de Alagoas e Sergipe, ocupando ainda pequenos trechos dos territórios do estado da Bahia e também Pernambuco. E o Baixo São Francisco, onde o rio São Francisco deságua no Oceano Atlântico.

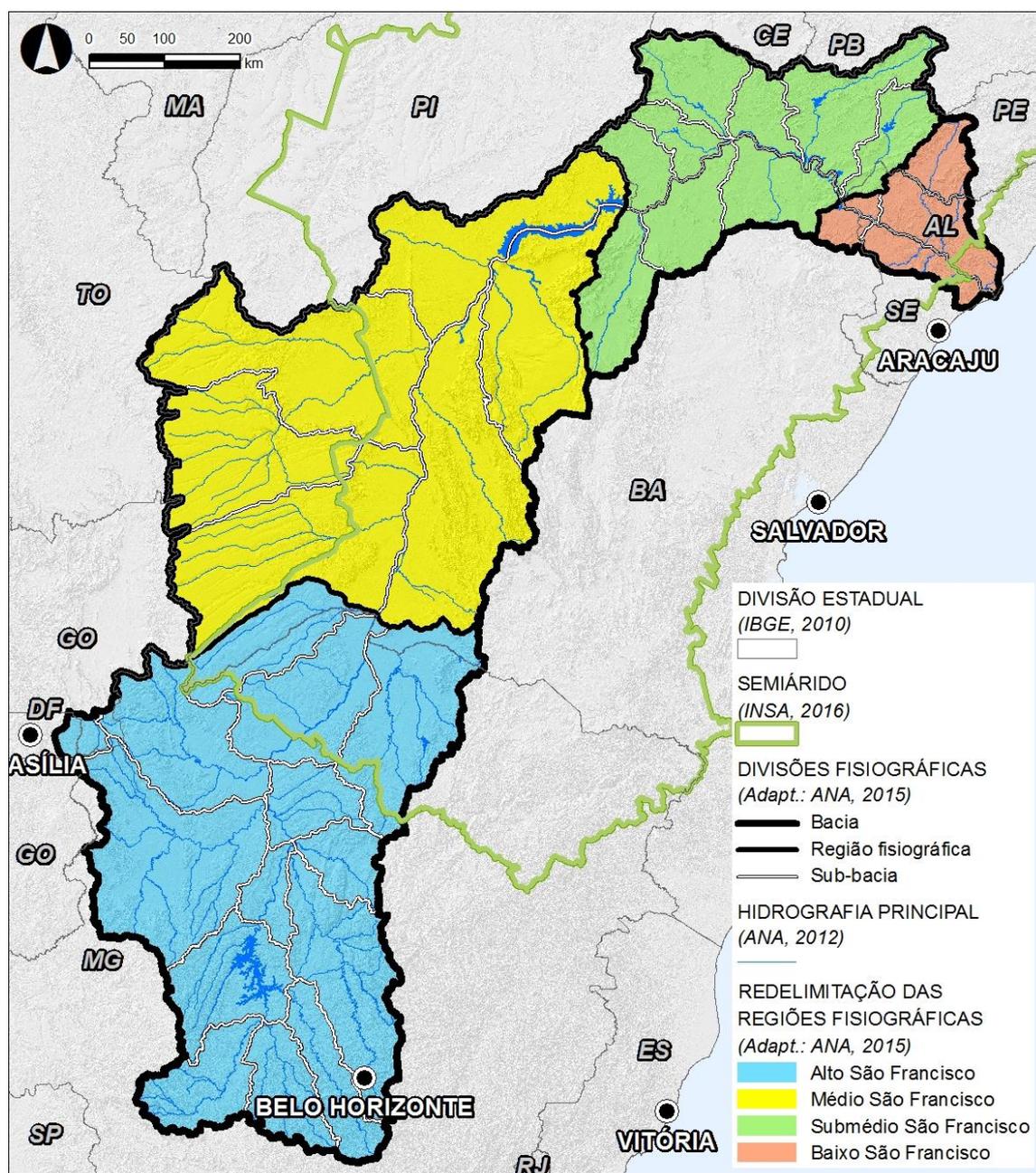


Figura 1 - Regiões Fisiográficas da Bacia do Rio São Francisco.
(Acervo CBHSF, 2016)

Criado em 2001 por decreto presidencial, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) tem como objetivo fazer frente a esses desafios, além de

realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. O CBHSF é composto por membros do Poder Público Federal, Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários dos recursos hídricos, Sociedade Civil e Comunidades Tradicionais.

Ao longo dos anos, o Comitê realizou diversas ações benéficas à bacia, como por exemplo, Reuniões Plenárias, Oficinas, reuniões técnicas, reuniões públicas, além de Deliberações e Moções, que trataram de diversos temas importantes para a gestão dos recursos hídricos.

Com a instituição da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, e a estruturação de sua Agência de Águas (Entidade Delegatária Agência Peixe Vivo), o CBHSF pode também realizar algumas ações concretas, como por exemplo, a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), Projetos Hidroambientais Demonstrativos, além de ampliar a sua conexão com os usuários de água e público em geral, por meio de campanhas de divulgação, Encontros e Seminários, intensificando ainda as reuniões das Câmaras Consultivas Regionais (CCR), nas discussões sobre conflitos nas respectivas regiões fisiográficas.

Em outubro de 2014 foi contratado um trabalho para realizar a atualização do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRH-SF). A principal motivação de se atualizar o PRH-SF foi compatibilizá-lo com o quadro atual existente na bacia hidrográfica no que se refere às demandas, quantidade, qualidade, planejamento, situações extremas e de risco, e gestão dos recursos hídricos.

O PRH-SF necessitava de uma atualização, especialmente na verificação dos programas relacionados à revitalização, recuperação e conservação hidroambiental da bacia; à instituição do pacto para alocação das águas da bacia; ao saneamento ambiental; ao enquadramento dos corpos de água; à implementação e consolidação dos demais instrumentos da política de recursos hídricos; e no atendimento de demandas específicas identificadas pelo CBHSF.

Na atualização do PRH-SF foram consideradas as regiões fisiográficas Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, como unidades de estudo e planejamento das metas e ações para a gestão dos recursos hídricos. Além disto, deve-se destacar

a proposta de desenvolvimento do diagnóstico da bacia a partir da leitura técnica dos especialistas e de uma percepção da população local sobre a realidade da bacia. Um dos pilares defendidos pelo CBHSF na atualização do PRH-SF foi a participação popular em todas as suas etapas, pois é primordial para o delineamento das diretrizes futuras, para implementação do Plano.

Durante os trabalhos de atualização do PRH-SF a Contratada foi responsável por desenvolver trabalhos (conforme Termo de Referência do Ato Convocatório) e remete-los ao Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) designado pelo CBHSF para acompanhar todo o processo de atualização e pela CTPPP. A aprovação dos Produtos foi realizada pela Agência Peixe Vivo.

Os trabalhos foram subdivididos em 3 Etapas. A Etapa 1 consistiu no Plano de Trabalho, a Etapa 2 abrangeu o Diagnóstico da Dimensão Técnica e Institucional – RP1A; Diagnóstico da Dimensão da Participação Social – RP1B; Diagnóstico Consolidado da Bacia – RP2; Cenários de Desenvolvimento e Prognóstico – RP3 e Compatibilização do Balanço Hídrico com os cenários estudados – RT4. A Etapa 3 consistiu na análise e proposição do Arranjo Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos na Bacia e Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos– RP5; na proposição de Plano de Metas, Ações Prioritárias e Investimentos – RP6; e elaboração de Caderno de Investimento da Bacia do Rio São Francisco – RF1; Plano de Recursos Hídricos Consolidado – RF2; Resumo Executivo do Plano – RF3; Sistema de Informações Geográficas – SIG São Francisco e CD ROM Interativo. A Atualização do Plano da Bacia para o período 2016 - 2025 foi aprovada por meio de Deliberação da Plenária do CBHSF, realizada em setembro/2016.

O Contrato de Gestão nº 014/2010 foi firmado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, tendo como anuente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e, teve o seu 5º Termo Aditivo assinado em 30 de dezembro de 2016.

O Contrato de Gestão, que prevê o repasse dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica, permitiu que a Agência Peixe Vivo agisse no cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Trabalho firmado, sendo disponibilizado ao público, as informações

sobre o comitê, sobre as ações desenvolvidas pela entidade delegatária, sobre a legislação de recursos hídricos, sobre o cadastro de usuários, dentre outras informações, mantendo um sitio eletrônico atualizado, que permite o acesso a toda a população interessada.

A partir da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual 2016-2018 (PAP 2016-2018), foi possível estabelecer rubricas orçamentárias em Grupos de Ação para os respectivos Componentes e Subcomponentes estabelecidos nas Deliberações CBHSF aprovadas em Reuniões Plenárias. Após a aprovação do Plano de Aplicação e das Deliberações CBHSF, a Agência Peixe Vivo - entidade delegatária das funções de Agência de Água, ainda no rol de suas atribuições, identificou as demandas de ações e projetos, formatou Termos de Referência e publicou Atos Convocatórios que permitiram a realização de diversas contratações e execuções.

Com a sua estrutura já implantada, a Agência Peixe Vivo executa a administração financeira dos recursos arrecadados e repassados pela ANA, contrata serviços e fornecimentos diversos e ainda executa a prestação de contas das despesas efetuadas, para exame dos órgãos internos e externos de controle e fiscalização.

● A Revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP)

O Plano de Aplicação Plurianual constitui-se em um importante instrumento de planejamento para aplicação dos recursos financeiros da cobrança pelo uso da água, possibilitando a realização de desembolsos coerentes com as prioridades estabelecidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica.

O Primeiro Plano de Aplicação Plurianual (PAP) foi aprovado por meio da Deliberação CBHSF Nº 71, de 28 de novembro de 2012. Este PAP teve como validade o período de 2013 a 2015. Conforme disposto no Art. 1 da Deliberação, o Plano de Aplicação Plurianual *"É instrumento básico e harmonizado e orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executadas com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia do Rio São Francisco, para o período respectivamente aprovado"*.

O PAP 2016-2018 (vigente atualmente) foi aprovado em 10 de dezembro de 2015 por meio da Deliberação Normativa nº 88 do CBHSF e possuiu como diretriz básica para sua elaboração o Plano Decenal de Recursos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para o período 2004-2013.

Conforme anteriormente informado, em setembro de 2016 o CBHSF aprovou em Reunião Plenária o Plano de Recursos Hídricos (PRH-SF) para vigorar no período de 2016 a 2025, contudo, este PAP não pôde incorporar as considerações e conclusões destacadas no novo Plano Diretor, o que, certamente será utilizado como diretriz na concepção do PAP que será elaborado para discussão e aprovação pelo CBHSF no segundo semestre de 2018 e irá vigorar a partir do ano de 2019.

Para a elaboração do PAP 2016-2018 propõe-se manter a mesma estrutura do PAP 2013-2015, observando-se as diretrizes e recomendações propostas nas Reuniões da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) do CBHSF, realizadas em Belo Horizonte, nos dias 03/07/2015 e 18/09/2015.

A Tabela 1 apresenta o PAP 2016-2018.

Tabela 1 - PAP 2016-2018.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS (92,5% DO TOTAL)

126.860.000 48.420.000 45.420.000 33.020.000

Ações de Gestão		Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia				
Subtotal		43.810.000	19.470.000	13.870.000	10.470.000	34,5%
		Subtotal	2.016	2.017	2.018	% do total
I.1	Programa Fortalecimento institucional	20.510.000	7.970.000	6.270.000	6.270.000	16,2%
I.1.1	Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)	8.910.000	3.170.000	2.870.000	2.870.000	7,0%
I.1.1.1	001 Apoio à Realização de Reuniões Plenárias Ordinárias / Extraordinárias	1.200.000	400.000	400.000	400.000	
I.1.1.2	002 Apoio às atividades da Diretoria Colegiada (DIREC) do CBHSF	1.200.000	400.000	400.000	400.000	
I.1.1.3	003 Apoio às atividades das Câmaras Técnicas (CT) do CBHSF	600.000	200.000	200.000	200.000	
I.1.1.4	004 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco	480.000	160.000	160.000	160.000	
I.1.1.5	004 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Médio São Francisco	480.000	160.000	160.000	160.000	
I.1.1.6	004 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio São Francisco	480.000	160.000	160.000	160.000	
I.1.1.7	004 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco	480.000	160.000	160.000	160.000	
I.1.1.8	005 Apoio às atividades dos Grupos Técnicos do CBHSF	150.000	50.000	50.000	50.000	
I.1.1.9	006 Apoio à participação em eventos nacionais e internacionais	300.000	100.000	100.000	100.000	
I.1.1.10	007 Apoio do CBHSF a ações de interesse do comitê	1.500.000	500.000	500.000	500.000	
I.1.1.10	008 Apoio à realização de Audiências Públicas, Oficinas, Seminários e Simpósio	1.800.000	800.000	500.000	500.000	
I.1.1.11	009 Apoio às atividades de integração com comitês afluentes	240.000	80.000	80.000	80.000	
I.1.2	Comunicação, Divulgação, mobilização e capacitação	10.700.000	4.500.000	3.100.000	3.100.000	8,4%
I.1.2.1	010 Plano Continuo de Comunicação	5.400.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	
I.1.2.2	011 Divulgação das Ações do CBHSF (edição livro, cartilha, material)	700.000	500.000	100.000	100.000	
I.1.2.3	012 Plano Continuo de Mobilização e Educação Ambiental	3.600.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	
I.1.2.4	013 Mobilização para o Processo Eleitoral 2016	1.000.000	1.000.000	0	0	
I.1.3	Capacitação para membros do CBHSF e suas instâncias (CCR, CT e GT)	600.000	200.000	200.000	200.000	0,5%
I.1.3.1	014 Capacitação dos membros do comitê e das câmaras e grupos técnicos	600.000	200.000	200.000	200.000	
I.1.4	Capacitação na bacia/CBHs afluentes	300.000	100.000	100.000	100.000	0,2%
I.1.4.1	015 Cursos diversos	300.000	100.000	100.000	100.000	

I.2	<i>Instrumentos de Gestão</i>	23.300.000	12.000.000	7.100.000	4.200.000	18,4%
I.2.1	Apoio às Ações de Estudos e Pesquisas	6.500.000	2.100.000	3.400.000	1.000.000	5,1%
I.2.1.1	016 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	1.500.000	300.000	1.200.000	0	
I.2.1.2	017 Estudo sobre a metodologia de cobrança pelo uso da água	500.000	500.000	0	0	
I.2.1.3	018 Estudo sobre Cadastro de Usuários	1.500.000	300.000	1.200.000	0	
I.2.1.4	019 Editais para desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica	3.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	
I.2.2	Atualização do Plano da Bacia	5.700.000	5.700.000	0	0	4%
I.2.2.1	020 Atualização do Plano da Bacia do Rio São Francisco	4.200.000	4.200.000	0	0	
I.2.2.2	021 Atualização de Planos Diretores de Bacias de Rios Afluentes	1.500.000	1.500.000	0	0	
I.2.3	Acompanhamento das ações/ Investimentos da Bacia	11.100.000	4.200.000	3.700.000	3.200.000	8,7%
I.2.3.1	022 Implementação de Sistema de informações	3.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	
I.2.3.2	023 Monitoramento (Indicadores)	600.000	200.000	200.000	200.000	
I.2.3.3	024 Apoio às ações da F.P.I (Fiscalização Preventiva Integrada) nos Estados da Bacia	7.500.000	3.000.000	2.500.000	2.000.000	

Ações de Planejamento		Componente II - Uso Sust. Dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental e Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia				
Subtotal		25.950.000	8.850.000	9.050.000	8.050.000	20,5%
		Subtotal	2.016	2.017	2.018	% do total
II.1	Água Para Todos	11.000.000	4.000.000	4.000.000	3.000.000	8,7%
II.1.1	Planos Municipais de Saneamento Básico	8.000.000	3.000.000	3.000.000	2.000.000	6,3%
II.1.1.1	025 Elaboração de PMSB e Aprovação dos Produtos	8.000.000	3.000.000	3.000.000	2.000.000	
II.1.2	Projetos de sistemas de abastecimento de água	3.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	2,4%
II.1.2.1	026 Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, de Implantação, Ampliação e Melhoria Sistemas de Abastecimento de Água em áreas rurais	3.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	
II.2	Saneamento Ambiental	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
II.2.1	Projetos de Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	
II.2.1.1	027 Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Implantação, Ampliação e Melhoria Sistemas de Esgotamento Sanitário em áreas rurais, Destinação adequada de Resíduos	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
II.3	Proteção e Conservação	5.400.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	4,3%
II.3.1	Programa de Estudos e Projetos hidroambientais	5.400.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	4,3%
II.3.1.1	028 Elaboração de estudos, formatação de projetos e elaboração de Termos de Referência relativos a projetos de revitalização da bacia	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	
II.3.1.2	029 Elaboração de diagnóstico e Projeto Básico visando o pagamento dos serviços ambientais	900.000	300.000	300.000	300.000	
II.4	Diagnósticos e Projetos	5.050.000	1.550.000	1.750.000	1.750.000	4,0%
II.4.2	Apoio a projetos	1.050.000	350.000	350.000	350.000	0,8%
II.4.2.1	030 Apoio a projetos de empresas socioambientais	450.000	150.000	150.000	150.000	
II.4.2.2	031 Apoio a projetos demandados por comunidades tradicionais	600.000	200.000	200.000	200.000	
II.4.3	Estudos de caráter excepcional	1.200.000	400.000	400.000	400.000	0,9%
II.4.3.1	032 Estudos relacionados a eventos críticos (secas e enchentes)	600.000	200.000	200.000	200.000	
II.4.3.2	033 Estudos relacionados aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, à biodiversidade, unidades de conservação e lagoas marginais	600.000	200.000	200.000	200.000	
II.4.4	Projetos especiais	2.800.000	800.000	1.000.000	1.000.000	2,2%
II.4.4.1	034 Consultorias específicas demandadas pela DIREC	1.300.000	300.000	500.000	500.000	
II.4.4.2	035 Projetos especiais demandados pela DIREC	1.500.000	500.000	500.000	500.000	

Ações Estruturais		Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra e Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido				
Subtotal		57.100.000	20.100.000	22.500.000	14.500.000	45,0%
		Subtotal	2.016	2.017	2.018	% do total
III.1	Água para todos	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
III.1.1	Implantação de Pequenos e Demonstrativos Sistemas alternativos de abastecimento de água	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
III.1.1.1	036 Implantação de Sistemas Alternativos	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	
III.2	Saneamento Ambiental	1.500.000	500.000	500.000	500.000	1,2%
III.2.1	Implantação de Pequenos e Demonstrativos Sistemas de Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana	1.500.000	500.000	500.000	500.000	1,2%
III.2.1.1	037 Implantação de Pequenos sistemas de esgotamento em área rural, de intervenções e adequação de sistemas existentes e Sistemas Alternativos de Controle e Gestão de Águas pluviais	1.500.000	500.000	500.000	500.000	
III.3	Proteção e Conservação	48.500.000	17.500.000	19.500.000	11.500.000	38,2%
III.3.1	Programa do Aumento da Oferta Hídrica com Infraestrutura Natural	44.000.000	16.000.000	18.000.000	10.000.000	34,7%
III.3.1.1	038 Programas e Projetos Hidroambientais no Alto SF	11.000.000	4.000.000	4.500.000	2.500.000	
III.3.1.2	038 Programas e Projetos Hidroambientais no Médio SF	11.000.000	4.000.000	4.500.000	2.500.000	
III.3.1.3	038 Programas e Projetos Hidroambientais no Submédio SF	11.000.000	4.000.000	4.500.000	2.500.000	
III.3.1.4	038 Programas e Projetos Hidroambientais no Baixo SF	11.000.000	4.000.000	4.500.000	2.500.000	
III.3.2	Produtor de Água (Implantação)	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
III.3.2.1	039 Intervenções nas áreas conforme diagnóstico (relativo ao item 029)	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	
III.4	Serviços e obras	2.600.000	600.000	1.000.000	1.000.000	2,0%
III.4.1	Serviços e obras de caráter excepcional	2.600.000	600.000	1.000.000	1.000.000	2,0%
III.4.1.1	040 Implantação de obras de caráter excepcional	1.300.000	300.000	500.000	500.000	
III.4.1.2	041 Implantação das intervenções relacionadas aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, fontes poluidoras, biodiversidade, unidades de conservação, lagoas marginais (relativo ao item 035)	1.300.000	300.000	500.000	500.000	

● Componentes e subcomponentes priorizados na revisão do PAP para o período 2016-2018

As atividades programadas no PAP foram divididas em três grupos: **Ações de Gestão**, *Ações de Planejamento* e **Ações Estruturais**, coerentemente com o estabelecido na Deliberação CBHSF nº 53/2010. Cada Grupo de Ações foi dividido em **componente**, **subcomponente**, **ação programada** e **atividade**.

Para cada uma das atividades foram elaboradas fichas, contemplando a descrição da atividade, a justificativa para sua realização, o orçamento preliminar contendo os custos, a memória de cálculo, os resultados esperados, os prazos e o cronograma. Ressalta-se que as atividades descritas foram estimadas, devendo ser adequadas às especificidades de cada região da bacia, às tecnologias a serem empregadas, à população a ser atendida e aos objetivos a serem alcançados.

A partir de uma proposta inicial elaborada pela Agência Peixe Vivo, o PAP 2016-2018, posteriormente submetida à avaliação da Diretoria Colegiada (DIREC) do CBHSF para, novamente retornar à discussão final da CTPPP, caso necessário, e encaminhada à Plenária do CBHSF, para aprovação.

Para a priorização das componentes e subcomponentes do PAP 2016-2018 e das atividades inerentes às propostas foi levado em consideração a Deliberação CBHSF nº 14, de 30 de julho de 2004, estabelece o conjunto de intervenções prioritárias para a recuperação e conservação hidroambiental na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. De acordo com o artigo 2º, os componentes em que se encontra estruturado o Plano são os seguintes:

Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGHR) e do Plano da Bacia;

Componente II - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental da Bacia;

Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra da Bacia;

Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental da Bacia;**Componente V - Sustentabilidade Hídrica do Semiárido da Bacia.**

Outro importante instrumento balizador na definição de atividades para a composição do PAP 2016-2018 diz respeito à **Carta de Petrolina**; que por iniciativa da DIREC/ CBHSF, com o apoio da Agência Peixe Vivo e equipe da SAG/ANA, foi realizado em levantamento das intervenções prioritárias na bacia hidrográfica do rio São Francisco para o período de 2011 a 2014, por meio da realização de reuniões e discussões sobre o tema e o recebimento de dados fornecidos pelas instituições do Governo Federal e dos Governos Estaduais de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, que possuem intervenções programadas nos municípios integrantes da bacia hidrográfica para o período considerado. Os dados foram atualizados em 2015 a partir de informações disponibilizados no porta de transparência do governo federal.

A seguir, apresentam-se os componentes e suas respectivas metas.

- **Água para Todos:** atingir, até o ano de 2020, a universalização do abastecimento de água para as populações urbanas, rurais e difusas;
- **Saneamento Ambiental:** atingir até o ano de 2030, a universalização da coleta e tratamento dos esgotos domésticos, a universalização da coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos e a implementação de medidas para solução dos problemas críticos de drenagem pluvial, prevenção e controle de cheias em ambientes urbanos; e;
- **Proteção e Conservação de Mananciais:** implementar até o ano de 2030, as intervenções necessárias para a proteção de áreas de recarga e nascentes, da recomposição das vegetações e matas ciliares e instituir os marcos legais para apoiar financeiramente as boas práticas conservacionistas na bacia hidrográfica.

Após a assinatura da Carta de Petrolina surgiu à necessidade do levantamento de novas informações e uma análise elaborada dos investimentos, o que acarretou na inserção de outras instituições e, ainda, a subdivisão dos três componentes com metas intermediárias:

I.1 - Água para Todos: Urbana

I.2 - Água para Todos: Rural/indígena/quilombola

I.3 - Água para Todos: Difusa

II.1 - Saneamento Ambiental: Esgoto

II.2 - Saneamento Ambiental: Resíduos Sólidos

II.3 - Saneamento Ambiental: Drenagem

III.1 - Proteção e Conservação de Mananciais: Áreas Degradadas

III.2 - Proteção e Conservação de Mananciais: Proteção de Nascentes

III.3 - Proteção e Conservação de Mananciais: Pagamento por Serviços Ambientais

Na Tabela 2 é apresentado um resumo dos valores estimados para as ações do PAP 2016-2018, com destaque para os componentes e subcomponentes priorizados, que foram propostas em decorrência de justificativas contidas no Plano Decenal de Recursos Hídricos de 2004 a 2013.

Tabela 2 - Componentes, subcomponentes e ações prioritizados no PAP 2016-2018.

Ação		Valor Total	2.016	2.017	2.018	% Total
Ações de Gestão - Componente I - onente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia		43.810.000	19.470.000	13.870.000	10.470.000	34,5%
I.1	Programa Fortalecimento institucional	20.510.000	7.970.000	6.270.000	6.270.000	16,2%
I.2	Instrumentos de Gestão	23.300.000	11.500.000	7.600.000	4.200.000	18,4%
Ações de Planejamento - Componente II - Uso Sust. Dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental e Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental		25.950.000	8.850.000	9.050.000	8.050.000	20,5%
II.1	Água Para Todos	11.000.000	4.000.000	4.000.000	3.000.000	8,7%
II.2	Saneamento Ambiental	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
II.3	Proteção e Conservação	5.400.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	4,3%
II.4	Diagnósticos e Projetos	5.050.000	1.550.000	1.750.000	1.750.000	4,0%
Ações Estruturais - Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra e Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido		57.100.000	20.100.000	22.500.000	14.500.000	45,0%
III.	Água para todos	4.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	3,5%
III.	Saneamento Ambiental	1.500.000	500.000	500.000	500.000	1,2%
III.	Proteção e Conservação	48.500.000	17.500.000	19.500.000	11.500.000	38,2%
III.	Serviços e obras	2.600.000	600.000	1.000.000	1.000.000	2,0%
TOTAL		126.860.000	48.420.000	45.420.000	33.020.000	100%

As alocações dos valores das atividades conforme componentes e subcomponentes tomaram por base estimativas realizadas pela Agência Peixe Vivo. Para cada uma das atividades foram elaboradas fichas, contemplando a descrição da atividade, a justificativa para sua realização, o orçamento preliminar contendo os custos, a memória de cálculo, os resultados esperados, os prazos e o cronograma.

A Tabela 3 apresenta um exemplo de ficha (extraída do PAP 2016-2018) para a atividade de implantação de sistemas alternativos.

Tabela 3 - Ficha de atividade do PAP 2016-2018

 <p>Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo</p>		CONTRATO DE GESTÃO Nº14/ANA/2010 PAP 2016-2018						
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES								
Componente	Ações Estruturais: Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra e Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido							
Sub-componente	Água para todos							
Ação Programada	Implantação de Pequenos e Demonstrativos Sistemas alternativos de abastecimento de água							
Atividade	036 - Implantação de Sistemas Alternativos							
Descrição	Contratação de empresas para execução de obras de implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água.							
Justificativa	Existem comunidades dispersas no meio rural que demandam pequenos sistemas de abastecimento de água e não são contemplados pelos projetos convencionais. Poderão ser adotadas tecnologias, como por exemplo o "ferro-cimento"							
Memória de Cálculo	Execução de um ou mais sistemas de abastecimento, buscando-se parcerias com as prefeituras e associações de usuários.							
Custo Total	Tem-se o custo médio estimado de R\$ 4.500.000,00 para estes projetos, podendo ser contemplado mais de um projeto, dependendo da escala que se queira adotar. A inscrição nos 6 semestres possibilita o manejo das verbas disponíveis e não utilizadas em determinado semestre							
Prazo	03 (três) anos							
Resultados Esperados	Obras implantadas							
Cronograma Físico e Financeiro (em R\$ 1.000,00)			1/2016	2/2016	1/2017	2/2017	1/2018	2/2018
			750	750	750	750	750	750
Orçamento Preliminar								
Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Observações		
1	Empresas para execução de obras e serviços	contrato	diversos	R\$	R\$ 4.500.000,00			
				Total	R\$	4.500.000,00		
Aprovação na AGB Peixe Vivo: Local, data				Aprovação pelo Comitê CBHSF: Local, data				
_____ Responsável Técnico				_____ Membro Responsável				

● Estimativa da Disponibilidade de Recursos Financeiros

A peça orçamentária do PAP foi elaborada a partir das estimativas de arrecadação e a partir das estimativas de desembolsos em cada exercício anual (resultado da valorização das atividades a serem executadas).

Quando da elaboração do PAP 2016-2018 havia uma expectativa de arrecadação anual de cerca de R\$ 22.511.985,05 (vinte e dois milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia.

É de suma importância citar que os valores anuais poderão conter variações em função da entrada de novos usuários em cobrança, deduzidos de eventuais defasagens ocasionadas pelas inadimplências ou atrasos de pagamento.

Do total arrecadado com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, 92,5% (noventa e dois e meio por cento) são utilizados no financiamento de estudos, projetos e obras, que visem à melhoria quantitativa e qualitativa da água da bacia onde foram gerados, equivalentes a R\$20.823.586,00 (Vinte milhões, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

O valor restante, 7,5% (sete e meio por cento), é destinado ao custeio e à manutenção da Agência Peixe Vivo, equivalentes a R\$ 1.688.398,86 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos) anuais.

O Resumo do Plano de Aplicação Plurianual (Tabela 4) proposto, refere-se aos 92,5% dos valores arrecadados pela cobrança pelo uso da água no período de 2016 a 2018, aos valores previstos para desembolso e aos saldos remanescentes.

Tabela 4 - Resumo dos valores do Plano de Aplicação 2016-2018.

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Saldo financeiro do ano de 2015	67.580.899				
Valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)		20.823.586	20.823.586	20.823.586	130.051.657
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + não desembolsado no ano anterior)		88.404.485	60.808.071	36.211.657	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		48.420.000	45.420.000	33.020.000	126.860.000
Saldo por ano (Valor disponível para desembolso - Valor previsto para desembolso)		39.984.485	15.388.071	3.191.657	3.191.657

Para o ano de 2016, considerou-se o saldo remanescente proveniente do ano de 2015, da ordem de R\$ 67.580.899,00 (Sessenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e nove reais), o que gerou um valor inicial disponível equivalente a R\$ 88.404.485,00 (Oitenta e oito milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) para o exercício de 2016.

● Critérios para Hierarquização das Demandas de Ações e Projetos

Ao longo do processo de atualização e construção do PRH-SF para um horizonte de planejamento até o ano de 2025, foi observado que para o alcance da **“bacia que queremos”**, ou seja, uma bacia cujo cenário ideal seja proporcionado por uma situação de revitalização da qualidade ambiental, de atendimento satisfatório de serviços de saneamento, com a universalização dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, etc, é necessário um aporte financeiro da ordem de R\$ 30,8 bilhões para o atingimento das metas estipuladas no PRH-SF.

É também correto afirmar que os valores auferidos com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, atualmente única fonte arrecadatória do CBHSF para a implementação das ações do PAP é inexoravelmente insuficiente frente às metas do PRH-SF para o alcance da **“bacia que queremos”**. No entanto, o CBHSF permanece realizando investimentos em projetos de requalificação ambiental em microbacias, de elaboração de planos municipais de saneamento básico, de projetos de soluções isoladas de abastecimento, de apoio à fiscalização ambiental nos Estados da bacia hidrográfica do rio São Francisco, do fortalecimento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, dentre outros.

Embora a quantia arrecadada pelo CBHSF seja ainda pequena, cerca de R\$ 21 milhões por ano, o CBHSF tem feito bons investimentos no sentido de promover a busca pela **“bacia que queremos”**. Como fora informado, atualmente a demanda da bacia é imensamente maior que a oferta existente nos dias atuais, por outro lado, o CBHSF permite que os recursos sejam acessados, na forma de contratações realizadas pela Agência Peixe Vivo para entes interessados, tais como: Prefeituras, Autarquias de Saneamento, associações de produtores, ONGs ambientalistas, etc. A partir da aprovação do CBHSF, a Agência Peixe Vivo pode contratar obras ou serviços destinados ao saneamento básico, requalificação ambiental, pesquisas científicas, dentre outros.

O CBHSF publica editais de chamamento, de tempos em tempos, a fim de convidar os interessados a apresentarem “manifestação de interesse” a fim de acessar rubricas de ações contida no PAP. Os instrumentos de chamamento

possuem condições específicas e claras a fim de dar oportunidade aos interessados que necessitam de recursos financeiros para executar ações que, corroboram com os objetivos e metas do Plano Diretor de Recursos Hídricos.

A Deliberação Normativa nº 72, de 29 de novembro de 2012, beneficiados com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução em 2013 a 2015. A DN 72/2012 será apresentada integralmente a seguir.



DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 72, de 29 de novembro de 2012

Dispõe sobre os mecanismos para a seleção de projetos a serem beneficiados com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução em 2013 a 2015.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, criado pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001, no uso de suas atribuições e;

Considerando o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013;

Considerando a Deliberação CBHSF nº 53, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes e critérios para definição de prioridades de uso dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

Considerando a Deliberação CBHSF nº 63, de 17 de novembro de 2011, que aprova o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 celebrado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo; e

Considerando a Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012, que aprova o PAP 2013 - 2015;

DELIBERA:

Art. 1º Ficam definidos os mecanismos e critérios para seleção dos estudos, projetos e obras beneficiários dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, no âmbito do CBHSF para execução no período de 2013 a 2015.

Art. 2º Os percentuais dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, no valor correspondente a 92,5% do total a ser arrecadado no período de 2013 a 2015, somados ao saldo remanescente dos exercícios anteriores, referente aos 92,5%, serão distribuídos na seleção dos projetos voltados para o atendimento das seguintes demandas:

I. 21,8% para Ações de Gestão;

II. 32,5% para Ações de Planejamento;

III. 45,7% para Ações Estruturais.



Art. 3º Para os fins desta Deliberação, as demandas, conforme apresentadas no Art. 2º, podem ser classificadas como induzidas ou espontâneas.

§1º As demandas induzidas são aquelas expressas por um edital específico, previamente elaborado, tendo como base as exigências do Contrato de Gestão e as ações, identificadas no PAP 2013 - 2015.

§2º As demandas espontâneas são aquelas identificadas pelas Câmaras Consultivas Regionais - CCR, por meio de mecanismos de consulta específicos aprovados em ata e encaminhadas à Diretoria Colegiada - DIREC, devidamente protocoladas.

Art. 4º As Ações de Gestão a que se refere o artigo 2º, inciso I, são classificadas como demandas induzidas para o atendimento às funções do CBHSF.

Art. 5º As Ações de Planejamento e Ações Estruturais, a que se refere o artigo 2º, incisos II e III, são classificadas como demandas induzidas e espontâneas, conforme o PAP 2013-2015, aprovado pela Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012.

Art. 6º As demandas espontâneas são submetidas a duas etapas de avaliação, da seguinte forma:

I. Eliminatória: etapa em que são avaliadas a coerência da proposta apresentada, os resultados pretendidos e a possibilidade de aplicação de metodologias existentes para a sua execução, além da pertinência e oportunidade, conforme prioridades definidas pelo Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

II. Priorização: etapa de seleção de projetos elegíveis como beneficiários dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, na forma do art. 7º.

Parágrafo Único. As demandas elegíveis na avaliação eliminatória, ainda que em caráter provisório, serão formatadas pela AGB Peixe Vivo para que possam ser submetidas à avaliação de priorização.

Art. 7º A avaliação da priorização dos projetos beneficiários dos recursos da cobrança, no âmbito das demandas espontâneas, tem os seguintes critérios:

- I - relação e coerência com o Plano de bacia vigente;
- II - observância à relevância, urgência e regionalização, estabelecidas na Deliberação CBHSF nº 53, de 19 de agosto de 2010;
- III - complementação a outros projetos;
- IV - efeito multiplicador;
- V - alcance da população beneficiada;
- VI - existência de contrapartida;
- VII - sustentabilidade temporal;
- VIII - inovação.



§1º Cada critério representa um ponto e a soma de todos os pontos representa a priorização para aqueles que alcançarem maior valor.

§2º A fim de que prevaleça uma distribuição equilibrada entre as CCR, não poderá uma CCR receber quantitativo de projetos e recursos maior que 15% em relação às demais, salvo na ausência de demanda.

§3º Os projetos elegíveis, mas que não possam ser implementados, como consequência de uma demanda superior aos recursos financeiros disponíveis, reintegrarão o banco de demandas para uma nova seleção na definição da aplicação dos recursos da cobrança do próximo período.

Art. 8º Compete à entidade delegatária a elaboração de parecer técnico referente à avaliação, sistematização e priorização, que deverá ser encaminhado a DIREC.

Art. 9º Os projetos, após aprovação da DIREC, serão objeto de licitação e contratação, através de Atos Convocatórios de ampla divulgação, conforme regulamentado pelo Contrato de Gestão e demais normas pertinentes.

Art. 10 Nos Atos Convocatórios deverão constar a exigência de indicadores físicos e financeiros, para o acompanhamento do desempenho dos projetos e ações de mobilização e divulgação que visem à sua sustentabilidade.

Art. 11 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Penedo/AL, 29 de novembro de 2012.

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário

Quando finalizada a análise da Agência Peixe Vivo, o CBHSF possui um instrumento para a tomada de decisão e as demandas aprovadas pelo CBHSF são formalizadas por meio de uma Resolução da DIREC que ratifica o resultado da análise e aprova as respectivas demandas para contratação pela Agência Peixe Vivo.

A fim de padronizar o encaminhamento das demandas espontâneas citadas na DN 72/2012, o CBHSF disponibilizou fichas simplificadas, conforme apresentado na Tabela 5 em formato editável para os interessados.

Tabela 5 - Ficha cadastral simplificada PAP 2013-2015.

 	
FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA DE PROPOSTA DE PROJETO	
1. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	
CCR	ALTO <input type="checkbox"/> MÉDIO <input type="checkbox"/> SUBMEDIO <input type="checkbox"/> BAIXO <input type="checkbox"/>
UF (s):	Município(s):
Sub bacia Hidrográfica:	
2. RESPONSÁVEL - PONTO FOCAL	
Proponente:	
Endereço:	
E-mail:	Tel.:
3. TIPOLOGIA DO PROJETO (anotar todas as opções aplicáveis)	
<input type="checkbox"/> Curvas de Nível, Terraços e Barraginhas	<input type="checkbox"/> Recuperação de matas ciliares
<input type="checkbox"/> Construção de Estradas Ecológicas	<input type="checkbox"/> Construção de barragens subterrâneas
<input type="checkbox"/> Recomp. florística c/ enriquecimento vegetal	<input type="checkbox"/> Equipamentos para Unidades Conservação
<input type="checkbox"/> Proteção de nascentes	<input type="checkbox"/> Mobilização Social para as águas
<input type="checkbox"/> Educação para as águas	<input type="checkbox"/> Outros (descrever):
<input type="checkbox"/> Monitoramento de qualidade e quantidade	
<input type="checkbox"/> Centros de Convivência Sócio-Ambiental	
4. TÍTULO DO PROJETO	
5. OBJETIVO DO PROJETO	
5.1 Objetivo geral	
5.2 Objetivos específicos	
6. SITUAÇÃO ATUAL	
Nota: usar folhas adicionais caso o espaço previsto não seja suficiente para preenchimento.	



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA DE
PROPOSTA DE PROJETO



7. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO

--

8. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

--

9. IMPACTO NA COMUNIDADE - POPULAÇÃO BENEFICIADA

Total:	Diretamente beneficiada:	Indiretamente beneficiada:

10. SITUAÇÃO DO PROJETO

10.1 () Projeto elaborado	() Projeto semi elaborado	() Idéia de Projeto
10.2 Situação Fundiária (descrever):		
10.3 Existe autorização dos proprietários na região do projeto?:		
10.4 Licenciamento Ambiental (descrever necessidade e situação)		
10.5 Projetos associados: (p/ ex.: reassentamento)		

11. VALOR ESTIMADO DO PROJETO (R\$)

Valor total:	Valor solicitado:	Contrapartida:	Valores já aplicados:
--------------	-------------------	----------------	-----------------------

12. PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: ____ Meses

LOCAL:	DATA:	NOME DO RESPONSÁVEL E ASSINATURA:

13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS E ANEXOS

--

Nota: usar folhas adicionais caso o espaço previsto não seja suficiente para preenchimento.

No ano de 2016, foi publicada a Resolução DIREC do CBHSF nº 42, de 27 de janeiro de 2016 que sobre a autorização da DIREC à Agência Peixe Vivo para iniciar processo de seleção de municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a serem beneficiados com Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

Os municípios interessados em ter seu PMSB financiado pelo CBHSF deveriam se submeter a processo seletivo, conforme critérios estipulados na Resolução DIREC 42/2016, que será integralmente apresentada na sequência.



RESOLUÇÃO DIREC/CBHSF n° 42, de 27 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a autorização da DIREC à AGB Peixe Vivo para iniciar processo de seleção de municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a serem beneficiados com Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

A DIRETORIA COLEGIADA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - DIREC/CBHSF reunida no dia 27 de janeiro de 2016, em Maceió/AL, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a atual situação de escassez hídrica em quase toda a área de drenagem da bacia;

CONSIDERANDO o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período 2016 a 2018, aprovado por meio da Deliberação CBHSF N° 88, em 10 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO o Decreto Presidencial N° 8.629, de 30 de dezembro de 2015, que prorroga o prazo para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico pelos titulares dos serviços de saneamento para o dia 31 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO os bons resultados alcançados por meio da aplicação dos recursos financeiros da cobrança pelo uso da água em planos municipais de saneamento básico de 25 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

RESOLVE:

Art.1° Autorizar a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, a iniciar processo de seleção de municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco a serem beneficiados com Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

§1° Serão selecionados os municípios que alcançarem os maiores valores da pontuação, a ser estabelecida pela soma dos seguintes critérios, valendo cada um 1 (um) ponto:

- I. Localizado em região crítica, especialmente no que se refere à qualidade dos recursos hídricos, conforme apresentado na última atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- II. Fazer lançamento do esgoto doméstico diretamente na calha principal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ou em seus afluentes até segunda ordem;
- III. Fazer lançamento do esgoto doméstico diretamente em reservatórios;



- IV. Ter percentual de domicílios urbanos com sistemas de esgotamento sanitário menor que a média do Estado, de acordo com a última atualização Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS);
- V. Participar em Consórcios Municipais para atuação em Saneamento Básico;
- VI. Manifestar interesse para o tema ambiental e de recursos hídricos, comprovado por meio do desenvolvimento e/ou implantação de planos e programas, incluindo de educação ambiental, legislação, conselhos, colegiados ou instituição de órgão administrativo específico;
- VII. Comprovada ocorrência de eventos hidrológicos críticos adversos como escassez, inundações e/ou alagamentos na área urbana nos últimos 7 (sete) anos;
- VIII. Possibilidade de contrapartida ou de implantação do PMSB integral ou em partes.

§1º Serão automaticamente eliminados os municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que já possuam PMSB elaborado de acordo com os requisitos previstos na Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, ou em fase de elaboração, e também aqueles que já possuam verba proveniente de outra fonte financiadora destinada à elaboração de PMSB.

Art. 2º A elaboração dos PMSB será viabilizada a partir da utilização de recursos financeiros arrecadados na cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Art. 3º O número de municípios a serem contemplados com os PMSB será compatível com o valor máximo disponível para a elaboração dos PMSB, correspondente a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), conforme especificado na rubrica II.1.1.1 (Elaboração de PMSB e Aprovação dos Produtos) do Plano de Aplicação Plurianual referente ao período 2016 a 2018, aprovado pelo CBHSF em 10 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único - Será respeitada a equidade entre as regiões fisiográficas da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Art. 4º Passados 60 (sessenta) dias da aprovação dessa Resolução, a AGB Peixe Vivo encaminhará à Presidência do CBHSF, por meio de Parecer Técnico, o resultado do processo de seleção dos municípios, com base nos critérios apresentados no Art. 1º.

Art. 5º Os municípios previamente selecionados pela AGB Peixe Vivo e aprovados pelo CBHSF serão comunicados via Ofício de Chamamento a ser emitido pelo CBHSF e deverão formalizar seu interesse por meio da assinatura de Carta Ofício, de acordo com modelo a ser disponibilizado juntamente com o Ofício de Chamamento.

§1º A Carta Ofício deverá ser assinada pela autoridade máxima e representante legal do município e deverá ser encaminhada via Correios para a sede da AGB Peixe Vivo, ou eletronicamente, para o endereço agbpeixe vivo@agbpeixe vivo.org.br, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua solicitação.

§2º Pela assinatura da Carta Ofício a autoridade municipal irá manifestar interesse pela elaboração do PMSB e deverá declarar que o seu município não possui PMSB elaborado de acordo com os requisitos previstos na Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, ou em fase de elaboração e, tampouco, verba proveniente de outra fonte financiadora destinada a este fim.



Art. 6º No caso do não atendimento das condições especificadas no Art. 5º e da eliminação de algum município previamente selecionado, ocorrerá a substituição por outro município, que obedecerá a ordem de classificação estabelecida por meio da avaliação dos critérios especificadas no Art. 1º.

Art. 7º Após a finalização do processo de seleção dos municípios, a contratação dos respectivos PMSB será realizada pela AGB Peixe Vivo.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Maceió/AL, 27 de janeiro de 2016.

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário do CBHSF

Os municípios tomaram conhecimento desta oportunidade por meio do Ofício Circular de Chamamento Público para manifestação de interesse nº 01/2016, que o CBHSF publicou em 11 de março de 2016. O documento foi publicado no site do próprio CBHSF, da Agência Peixe Vivo, página do Facebook do CBHSF e Agência e entidades parceiras do CBHSF, informando sobre os prazos e condições necessárias para a manifestação de interesse.

Os resultados deste processo de seleção foram divulgados no site do CBHSF em agosto de 2016, permitindo que a Agência Peixe Vivo iniciasse processos licitatórios para a contratação de 42 (quarenta e dois) PMSB em diversos municípios da bacia.

● Acompanhamento do Desempenho do PAP

A cada três meses a Agência Peixe Vivo divulga no site do CBHSF um balanço que contempla o desenvolvimento das ações do PAP ao longo do ano respectivo. O endereço para obtenção das informações é: http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=2201.

O balanço disponibilizado é cumulativo (a partir do segundo trimestre de cada ano) e permite ao leitor avaliar o percentual de desembolso em cada componente e subcomponente do PAP em questão de maneira simples e objetiva, vislumbrando o atendimento à acessibilidade às informações.

Na Figura 2 é apresentado o gráfico atualizado trimestralmente e disponibilizado a todos os interessados que pretendem acompanhar e avaliar o desempenho referente aos desembolsos do PAP ao longo dos anos, conforme o link supramencionado.

No gráfico imediatamente apresentado é possível constatar que as Ações de Gestão tiveram um alcance de desembolso de 70%, sendo a Componente que sobressaiu sobre as Ações de Planejamento com 36% de desembolso e as Ações Estruturais com 26% de desembolso. Alguns subcomponentes observaram excelentes desempenhos como é o caso da I.1 - Programa de Fortalecimento Institucional e II.3 - Proteção e Conservação; com 84% e 82%, respectivamente.

Desempenho PAP (atualização 4º trimestre/2016)

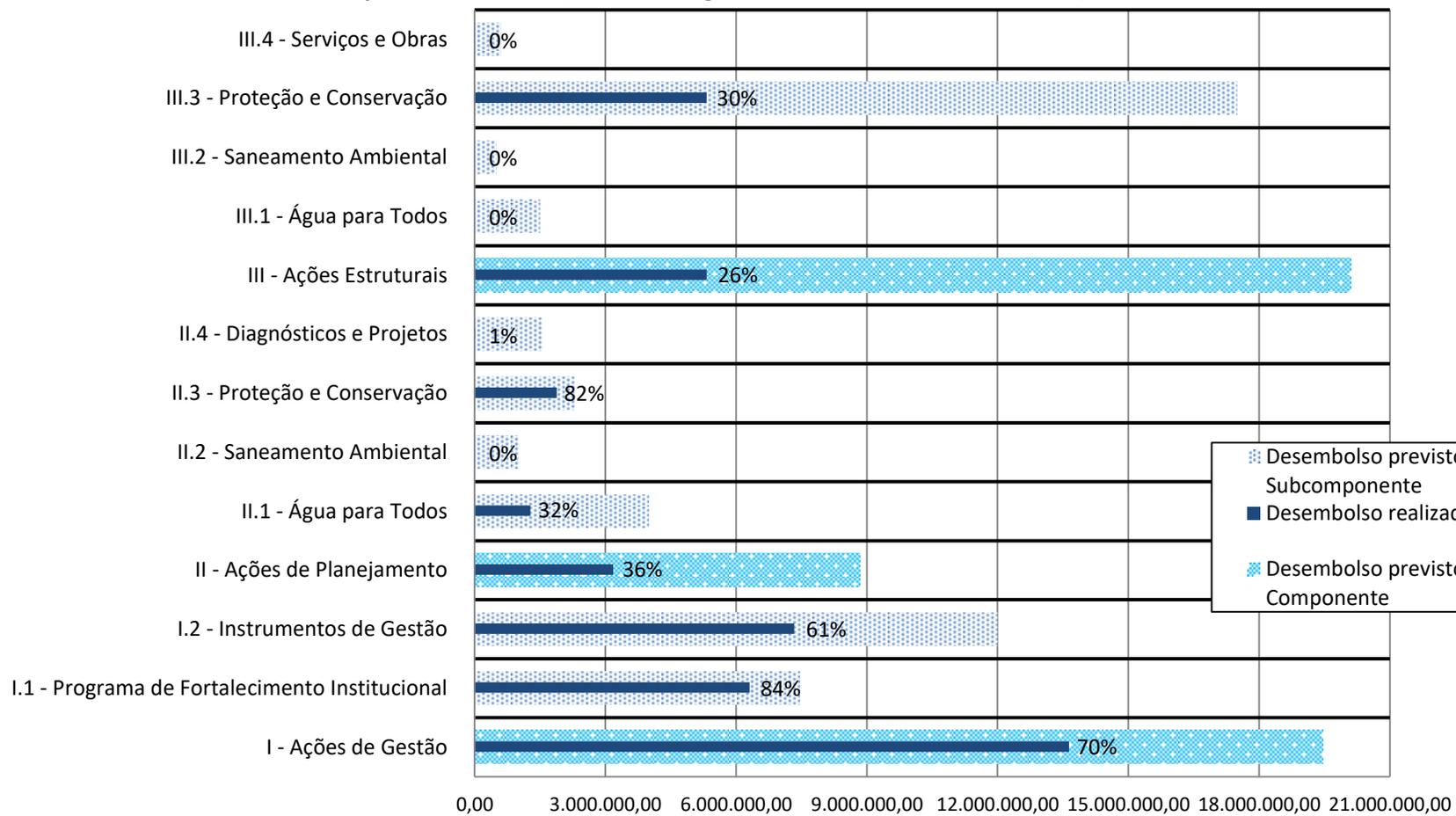


Figura 3 - Balanço de desembolso do PAP no quatro trimestre do ano de 2016.

Na Figura 4 será apresentado o gráfico que caracteriza o desenvolvimento das ações do PAP ao longo do ano de 2016 de acordo com avaliação realizada trimestralmente.

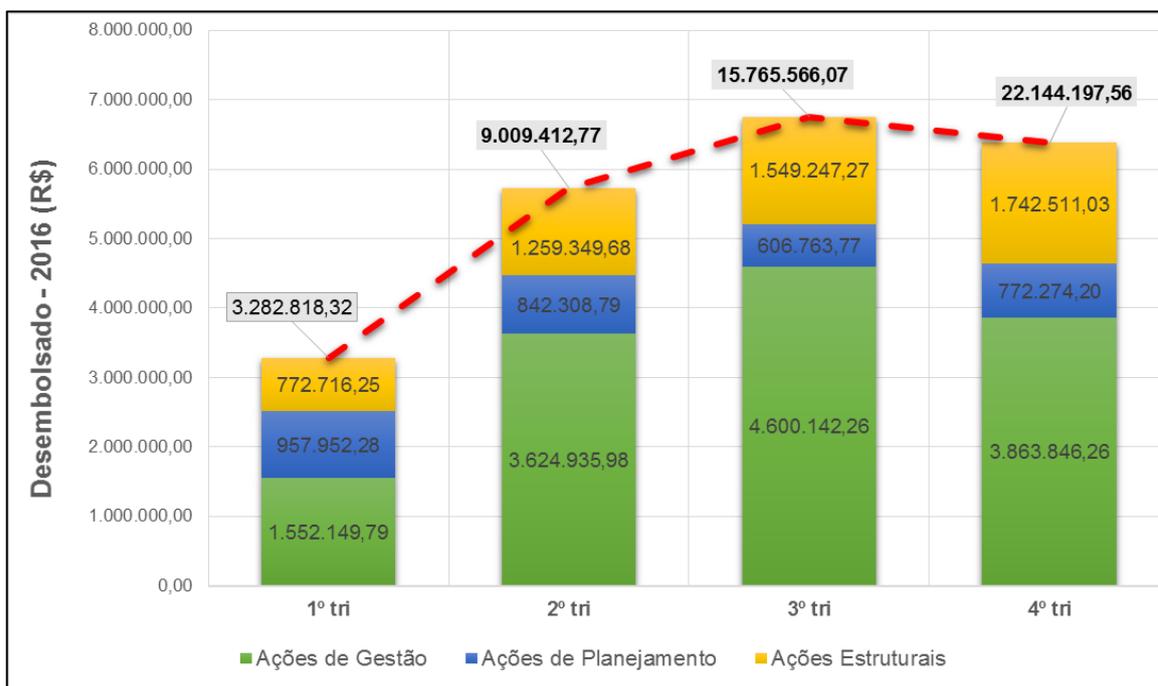


Figura 4 - Avaliação trimestral do desempenho das ações do PAP no ano de 2016.

Ao todo foram investidos cerca de R\$ 22 milhões em ações do PAP 2016-2018 no ano de 2016. Em uma análise preliminar, é possível constatar que as Ações de Gestão foram as que observaram o melhor desembolso ao longo de 2016, cerca de R\$ 13,6 milhões. As Ações de Planejamento observaram um desembolso de aproximadamente R\$ 3,2 milhões e as Ações Estruturais observaram um desembolso de cerca de R\$ 5,3 milhões em 2016.

No primeiro trimestre de 2016 os desembolsos foram os menores e aumentando ao longo do ano, atingindo seu ápice no terceiro trimestre de 2016.

